



**Síntese da VI Reunião  
dos Presidentes da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos  
Países de Língua Portuguesa**

No âmbito das atividades da III Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa, (CJCPLP), realizada em Benguela, de 2 a 5 de Junho de 2014, sob o tema, “Jurisdição Constitucional e Protecção de Direitos Fundamentais” realizou-se, nos dias 2, 3 e 4, o VI Conselho dos Presidentes, no Centro de Conferências do Hotel Mombaka na cidade de Benguela. Estiveram presentes os representantes dos órgãos das Jurisdições Constitucionais dos seguintes Países:

**Angola:** Dr. Rui Constantino da Cruz Ferreira, Juiz Presidente do Tribunal Constitucional;

**Brasil:** O Ministro, José Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal;

**Cabo Verde:** Dr. Arlindo de Almeida Medina, Juiz Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;

**Moçambique:** A Veneranda Juíza Conselheira Lúcia da Luz Ribeiro do Conselho Constitucional;

*J.B.*  
1 *Rom*

**Portugal:** O Conselheiro Dr Joaquim Sousa Ribeiro, Presidente do Tribunal Constitucional;

**São Tomé e Príncipe:** Dr. José António da Vera Cruz Bandeira, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;

**Timor Leste:** Dr. Guilhermino da Silva, Presidente do Tribunal de Recurso;

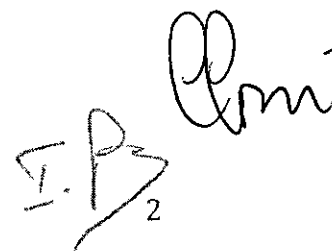
Como convidado participou o representante da Comissão de Veneza do Conselho da Europa para a Democracia e pelo Direito, Dr. Gianni Buquicchio;

Participaram, ainda, o Presidente da Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas, e o Secretário Adjunto, o Prof. Dr Théodore Holo e o Dr. Moussa Laraba, respectivamente.

A Guiné-Bissau esteve ausente do Conselho, por motivos relacionados com a sua suspensão até à verificação da normalidade constitucional naquele país.

Constaram da Agenda de trabalhos as seguintes questões:

1. Esclarecimentos sobre o programa da III Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais, pelo anfitrião o Juiz Conselheiro Presidente Dr. Rui Ferreira;
2. Esclarecimentos sobre o Congresso Mundial de Justiça Constitucional a realizar na Coreia do Sul em Setembro/Outubro de 2014, e sobre a participação dos países membros da CJCPLP;
3. Apresentação do Relatório da Presidência de Angola na CJCPLP;
4. Reavaliação da situação do STJ da Guiné-Bissau no seio da CJCPLP;
5. O Site da CJCPLP;
6. O local da próxima Assembleia;
7. Diversos.

Handwritten signature and initials, possibly 'I.P.' and 'Ami', with a small number '2' below the signature.

Sobre o ponto 1, o Juiz Conselheiro Presidente Dr. Rui Ferreira, anfitrião, prestou esclarecimentos sobre o programa de trabalhos da III Assembleia da CJCPLP no Lobito e Benguela.

O ponto 2, clarificou a agenda de trabalhos do Congresso Mundial de Justiça Constitucional, a decorrer na Coreia do Sul, de 28 de Setembro a 1 de Outubro do corrente ano, cuja apresentação esteve a cargo do Dr. Gianni Buquicchio, na sua qualidade de Presidente da Conferência Mundial de Justiça Constitucional e do Prof. Dr. Theodore Holo, Presidente da Conferência das Jurisdições Constitucionais de África e da Corte Constitucional do Benin;

De acordo com o programa do sobredito congresso, o grupo linguístico da CJCPLP participará com um orador principal e um relator.

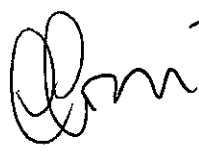
Caberá ao orador principal falar sobre “ **o papel da justiça constitucional em matéria de integração social**”. Esta função havia sido atribuída ao Ministro Joaquim Barbosa do Supremo Tribunal Federal do Brasil. Porém devido à cessação do mandato do Ministro agora no mês de Junho, a sua função será exercida pelo Ministro que assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal.

Ao relator caberá fazer a síntese do subtema “**instrumentos constitucionais tratando da ou reforçando a integração social**”. o Prof. Dr Raul Araújo, Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional de Angola, foi designado relator.

No que concerne ao ponto 3, o Conselho dos Presidentes foi informado do programa de acção da presidência de Angola (Tribunal Constitucional) no biénio 2012-2014, o qual mereceu apreciação positiva do Conselho dos Presidentes.

Quanto ao 4.º ponto, sobre a reavaliação da participação do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau no seio da CJCPLP, o Conselho dos Presidentes congratulou-se com a realização recente das eleições democráticas naquele país irmão. Contudo, decidiu que o levantamento da suspensão terá lugar logo a seguir à tomada de posse dos Órgãos eleitos.

Sobre o ponto 5 da agenda de trabalhos “ o Site da CJCPLP”, reiterou a decisão tomada na V reunião do Conselho dos Presidentes da Conferência aos 25/06/2013 em Luanda, sobre a autonomização do site e do seu

J. F. <sup>3</sup> 

domínio, de modo a permitir melhorar a visibilidade e consequente acessibilidade dos internautas. Para implementação da referida decisão, os Tribunais Constitucionais de Angola e Portugal, bem como o Supremo Tribunal Federal do Brasil, encontrarão uma solução de ordem técnica, ficando a direcção de conteúdos de jurisprudência e das informações dos Estados sob a responsabilidade de cada jurisdição membro da CJCPLP. A gestão genérica de conteúdos do site ficará sob a direcção da jurisdição que exercer a presidência da Conferência, e a gestão técnica do alojamento sob a direcção do Tribunal Constitucional de Portugal.

Relativamente ao ponto 6, o Conselho dos Presidentes adoptou, com aplausos, a solução da ordem alfabética da rotatividade da presidência, cabendo ao Brasil acolher a IV Assembleia da CJCPLP em 2016. Consequentemente, foi deliberado propor à Assembleia a eleição do STF do Brasil como presidente da Conferência para o biénio de 2014-2016. Seguir-se-lhe-á Cabo Verde e posteriormente Portugal pelo facto de o Conselho Constitucional de Moçambique ter exercido o cargo no biénio 2010-2012.

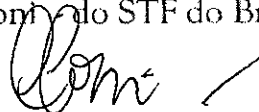
No ponto dos Diversos, destacou-se a disponibilidade do STF em estreitar os laços de cooperação no seio da CJCPLP no âmbito do programa Tobias Barreto.

Seguiram-se as congratulações dos Presidentes das jurisdições presentes pela forma positiva como os trabalhos foram conduzidos pela presidência de Angola no biénio 2012-2014 e pelo sucesso da III Assembleia da CJCPLP.

Benguela, 4 de Junho de 2014.

Os relatores

Dr Luiz Claudio Compagno do STF do Brasil



Dr Isaac Paulo - do Tribunal Constitucional de Angola

